

The Perspective of Handball Coaches About Eligibility and Sport Classification of Athletes With Intellectual Disabilities

A Perspetiva dos Técnicos de Andebol Sobre a Elegibilidade e a Classificação Desportiva dos Atletas com Deficiência Intelectual

Helena Silva¹, Paula Portugal², Ana Sousa³

¹Faculdade de Desporto da Universidade do Porto, Porto, Portugal

²Escola Superior de Tecnologia e Saúde do Porto, Porto, Portugal

³Departamento de Atividade Física Adaptada,

Abstract

Handball for athletes with intellectual disabilities is a relatively recent sport, characterized by the small number of practitioners and competitions. For competition fairness and equitability purposes, these athletes are submitted to a process of eligibility and classification, which due to lingering questions and lack of literature needs further investigation. To this end, it was the purpose of this study to understand the involved coaches' perspective on the current national sport panorama, focusing on this process of eligibility and classification of the athletes.

The study group was composed by 13 coaches. Semi structured interviews were made and later transcribed, from which the categories emerged. We concluded that in spite of the importance given to the sport, there is no expertise in athletes, specialized training coaches or frequent monitoring by psychologists. Despite the different levels of competitiveness and training conditions, the barriers faced to the practice of the sport are similar. In general, respondents revealed a lack of knowledge about the process of eligibility and sport classification as well as discordant views about the current system and possible new systems. Effectively, this complex issue does not meet consensus and needs further research.

Keywords: Handball; intellectual disability; eligibility; sports classification.

Resumo

O Andebol para atletas com deficiência intelectual é uma modalidade relativamente recente, caracterizada pelo reduzido número de praticantes e competições. Para competir, de forma justa e equitativa, estes atletas são submetidos a um processo de elegibilidade e classificação, que carece de investigação, devido às interrogações e escassez de literatura que o caracterizam. Neste sentido, o objetivo deste estudo foi compreender a perspetiva dos técnicos envolvidos neste contexto, sobre o atual panorama nacional da modalidade, particularmente, o processo de elegibilidade e classificação desportiva dos atletas. O grupo de estudo foi constituído por 13 treinadores. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas e, posteriormente, as suas transcrições, das quais emergiram categorias. Conclui-se que apesar da importância conferida ao desporto, não existe especialização dos atletas, formação especializada dos treinadores ou acompanhamento frequente por parte de psicólogos. Apesar da heterogeneidade das condições de prática e níveis competitivos das equipas, as barreiras à prática desportiva são comuns. De um modo geral, os entrevistados revelaram falta de conhecimento sobre o processo de elegibilidade e classificação desportiva e opiniões discordantes em relação ao sistema em vigor e possíveis novos sistemas. Efetivamente, este assunto complexo não reúne consenso e carece de maior investigação.

Palavras-Chave: Andebol; deficiência intelectual; elegibilidade; classificação desportiva.

Introdução

A deficiência intelectual (DI) é uma das deficiências de desenvolvimento mais prevalente (Hassan et al., 2014; Pastula et al., 2012) e representa um conjunto de limitações significativas, tanto no funcionamento intelectual como no comportamento adaptativo, expressas nos domínios concetual, social e prático, e com origem durante o período de desenvolvimento, isto é, antes dos 18 anos (Baldari et al., 2009; Guidetti et al., 2009; Williamson, 2004; World Health Organization [WHO], 2014).

O diagnóstico da DI é baseado tanto na avaliação clínica como na realização de testes padronizados, validados e apropriados à compreensão e à cultura do indivíduo, administrados de forma individualizada, para avaliar o funcionamento intelectual e o comportamento adaptativo (American Psychiatric Association [APA], 2013).

A classificação serve variadíssimos propósitos, entre os quais, a atribuição de apoios e serviços (American Association on Mental Retardation [AAMR], 2002; Palmblad, 2000). Este aspeto é de extrema importância, uma vez que, diferentes graus de DI implicam diferentes potencialidades, dificuldades, limitações e necessidades. No contexto competitivo, a classificação tem como propósito a participação equitativa e justa de atletas com capacidades semelhantes (Howe & Jones, 2006; Vanlandewijck et al., 2003), motivo pelo qual possui uma elevada importância neste contexto.

O Sistema de Classificação de Atletas encontra-se dividido em dois processos: Elegibilidade e Classificação Desportiva. De acordo com a International Sports Federation for Persons with Intellectual Disability (INAS) (2013), ao processo de reconhecimento da existência de uma deficiência denomina-se Elegibilidade. Este processo procura garantir que apenas atletas com deficiência, cujas limitações são permanentes e os impedem de participar de forma equitativa nas competições para atletas sem deficiência, participam nas competições para atletas com deficiência (International Paralympic Committee [IPC], 2007).

Cada federação internacional estabelece os critérios de elegibilidade, sendo que a classificação desportiva está a cargo das organizações das respetivas modalidades. Deste modo, é possível um atleta ser elegível para participar nas competições de uma modalidade e não para outra (INAS, 2013). Neste caso concreto, a elegibilidade dos atletas com DI está a cargo da INAS, cujos critérios se encontram de acordo com a WHO e a American Association on Intellectual and Developmental Disabilities (AAIDD) (INAS, 2010a; 2014b). Deste modo, os três critérios necessários para um atleta ser considerado elegível são: i) possuir um nível de QI igual ou inferior a 75; ii) possuir limitações ao nível do comportamento adaptativo e ainda, iii) que a DI se manifeste durante o período de desenvolvimento. Depois do atleta ser considerado elegível para participar

no desporto para atletas com DI, segue-se a fase de classificação desportiva (INAS, 2013).

A classificação desportiva pretende agrupar os atletas, de modo a que, o sucesso desportivo seja consequência do talento, treino, habilidade, condição física, motivação e não o reflexo da desigualdade entre os atletas pelas variáveis relacionadas com a deficiência (Howe & Jones, 2006; INAS, 2010b). As classes desportivas consequentes deste processo agrupam os atletas por grupos de competição, de acordo com as limitações que estes apresentam na atividade. Deste modo, a classificação é própria da modalidade e área de deficiência (IPC, 2007; INAS, 2010b).

A nível internacional, os atletas das modalidades de Atletismo, Natação e Ténis de Mesa são sujeitos a baterias de testes de “cognição desportiva” (IPC Athletics, 2014; IPC Swimming, 2011; International Table Tennis Federation Para Table Tennis [ITTF Para Table Tennis], 2015). Por outras palavras, além da elegibilidade primária a cargo da INAS, os atletas são sujeitos a baterias de testes específicas da modalidade e da prova que irão desempenhar e, em caso de dúvida, sujeitos a observação durante as provas competitivas (IPC Athletics, 2014; IPC Swimming, 2011). No caso do Ténis de Mesa, a observação em jogo curto e em competição faz parte das provas de classificação obrigatórias, de modo a confirmar a sua classificação (ITTF Para Table Tennis, 2015).

A nível nacional, o processo de elegibilidade corresponde à inscrição na Associação Nacional de Desporto para Atletas com Deficiência Intelectual (ANDDI) Portugal, o que pressupõe a comprovação da existência de DI por médicos ou psicólogos (ANDDI Portugal, 2014).

No entanto, o Andebol é uma modalidade relativamente recente e em desenvolvimento (INAS, 2014a), e talvez por este motivo, não é mencionado qualquer processo de classificação específica, no sentido de estabelecer classes desportivas. Deste modo, os atletas necessitam apenas de ser sujeitos ao processo de elegibilidade primária.

A ANDDI Portugal disponibiliza vários quadros competitivos (campeonatos nacionais, regionais, Taça de Portugal, Supertaça, torneios e encontros experimentais), num dos formatos de competição/jogo – A7 (jogo formal – têm por base as regras da International Handball Federation) e A5 (competição adaptada, como campeonatos regionais, torneios e encontros experimentais/atividade adaptada, que sofrem algumas alterações das regras) (ANDDI Portugal, 2015).

O principal objetivo deste estudo é compreender o funcionamento do processo de elegibilidade e classificação desportiva dos atletas que praticam esta modalidade, isto é, como são classificados e/ou distribuídos por níveis competitivos, e a perspetiva dos técnicos sobre o mesmo.

Metodologia

Participantes

O grupo de estudo foi constituído por 13 técnicos/treinadores de 10 clubes, instituições ou associações de um total de 13 identificados à data da recolha. Os técnicos apresentaram idades compreendidas entre os 27 e os 48 anos: 4 do sexo feminino com $34,75 \pm 9,46$ anos e 9 do sexo masculino com $31,67 \pm 4,27$ anos. Dos 13 técnicos entrevistados, 4 possuem cédula de treinadores de Andebol, 3 possuem certificados de treinadores ou monitores de Desporto Adaptado e 7 possuem experiência anterior na modalidade, nomeadamente como atleta, sendo que destes, 4 foram ou são treinadores da modalidade fora do contexto do desporto para atletas com DI. Por último, 4 participantes integram ou integraram a Equipa Técnica da Seleção Nacional de Andebol da ANDDI e FAP.

Instrumento

Os sujeitos do estudo foram submetidos a entrevistas semiestruturadas. Foi elaborado um guião de entrevista partindo da recolha de informação útil encontrada, no momento da revisão bibliográfica, e dos objetivos inicialmente traçados. O guião foi sujeito a um painel de peritos e, posteriormente, a entrevistas piloto a dois técnicos com experiência no contexto desportivo deste estudo (Silverman, 2010). Destes processos emergiram alterações na redação de questões e dos seus pontos orientadores. Salienta-se a acoplação de questões que se direcionavam para o mesmo tópico, bem como o acréscimo de pontos orientados inicialmente não contemplados.

Estabeleceu-se contacto com as entidades nacionais ligadas à modalidade de Andebol para atletas com DI, sendo esclarecido o intuito do trabalho e os procedimentos utilizados para a recolha de dados. As entrevistas foram realizadas, maioritariamente, no local de treino e/ou trabalho dos entrevistados. Foi solicitado que estas decorressem de forma individual, sempre que possível, num ambiente tranquilo e agradável para o entrevistado e sem constrangimento temporal. Todas as entrevistas foram gravadas em formato áudio, com acordo prévio dos entrevistados, através da assinatura do respetivo Termo de Consentimento, sendo, posteriormente, transcritas integralmente, com base na audição repetida, rigorosa e exaustiva dos registos áudios, constituindo o corpus de estudo (Silverman, 2010).

Procedimentos

O corpus de estudo foi sujeito a uma leitura flutuante e atenta que permitiu uma simplificação e interpretação

dos dados e da qual emergiram as categorias (Bardin, 1994; Patton, 2002; Queirós & Graça, 2013). No caso específico deste estudo, não foram definidas categorias *a priori*, uma vez que há escassez de estudos na área em questão (Castro et al., 2011) e não foram encontradas referências bibliográficas relativamente à prática da modalidade de Andebol por atletas com DI. O processo de categorização foi sujeito a uma revisão por pares.

Nesta medida, estabeleceram-se as seguintes categorias:

Categoria 1 – Formação e Experiência Profissional

Categoria 2 – Contexto da Prática Desportiva

Subcategoria 2.1: Tipo de Prática

Subcategoria 2.2: Barreiras

Subcategoria 2.3: Aspectos Positivos

Categoria 3 – Classificação Desportiva

Subcategoria 3.1: Elegibilidade

Subcategoria 3.2: Equidade e Competitividade

Apresentação e Discussão de Resultados

Formação e Experiência Profissional

No desporto para atletas com DI não existe a obrigatoriedade dos técnicos possuírem um grau de treinador, sendo os professores de Educação Física ou os técnicos de Psicomotricidade, Reabilitação ou Terapia Ocupacional responsáveis pela equipa. Esta situação ocorre devido à falta de recursos das instituições para contratar técnicos especializados para cada modalidade que desenvolvem. O facto de apenas uma minoria possuir certificação na área do Andebol (como os técnicos dos clubes), ou do desporto adaptado, bem como a responsabilização por várias modalidades, revela falta de especialização dos técnicos e instituições numa determinada modalidade, o que é comum nesta área.

Alguns técnicos referiram a importância da formação, e a necessidade de aumentar as formações sobre a modalidade e a população-alvo a que se destina, devido à complexidade do processo de ensino-aprendizagem e treino dos atletas com DI, coincidindo com o que Bota e Teodorescu (2014) defendem.

O facto de os técnicos iniciarem a modalidade na infância ou adolescência é, na sua opinião, um aspeto significativo, visto que possuem um conhecimento e uma vivência mais aprofundada da modalidade.

O contacto com pessoas com deficiência, na maioria dos casos, surgiu por influência familiar em tenra idade ou por através da via académica ou laboral (curso superior, projetos desenvolvidos pelos clubes ou estágios curriculares ou profissionais) em idade adulta.

Contextos da Prática Desportiva

É de salientar a grande discrepância na opinião dos técnicos entrevistados sobre as condições da sua prática. Por um lado, na maioria das instituições a prática desportiva assenta num sistema de aulas de Educação

Física, sendo abordadas múltiplas modalidades e, consoante o calendário de competições, é dado ênfase a uma modalidade em detrimento de outra. Por outro lado, os clubes e algumas instituições possuem um horário específico e exclusivo para a modalidade de Andebol, ainda que, segundo os técnicos, significativamente reduzido e insatisfatório.

Adicionalmente, tal como no estudo de Harada e Siperstein (2009), os atletas dos técnicos entrevistados tendem a ser praticantes de várias modalidades, o que, juntamente com a parca carga horária de treino, consideram ser prejudicial para a especialização dos atletas, comparativamente ao desporto convencional, onde a especialização é uma exigência cada vez mais precoce (Estriga, 2012).

Os técnicos estabelecem objetivos igualmente diversificados, aqueles que têm atletas com maiores capacidades anseiam por objetivos mais elevados, enquanto os restantes afirmam que apesar de importantes, os resultados são relegados para segundo plano. Este ajuste em prol da realidade é defendido por Hassan e Lynch (2014), que afirmam que o técnico deve estimular a melhoria técnica e a condição física geral, estabelecendo objetivos e proporcionando tarefas adequadas às suas potencialidades, mas também às suas dificuldades.

Os técnicos apresentaram dois tipos de barreiras: i) obstáculos externos; e ii) dificuldades relacionadas com a caracterização do grupo de trabalho. No primeiro caso, os técnicos salientaram as dificuldades económicas e financeiras que as instituições, os clubes e o desporto para atletas com deficiência ultrapassam. A falta de apoios e verbas é o principal obstáculo à prática, uma vez que, direta ou indiretamente, condiciona e impulsiona as restantes barreiras enumerados pelos técnicos entrevistados e, que vão ao encontro dos estudos de Dowling (2014), Sousa (2014) e Wilson e Khoo (2013). Mais especificamente, lacunas nas condições das infraestruturas e dos materiais, as dificuldades nas deslocações e alojamento, quando necessário, e a conjugação do emprego com a prática desportiva, impossibilitando técnicos e atletas se dedicarem exclusivamente à segunda, o que ao nível do alto rendimento é fundamental (Kell et al., 2008).

Os técnicos destacaram igualmente a falta de sensibilização dos agentes internos e externos, bem como a parca premiação e divulgação pelos *media*, muito mais deficitária comparativamente ao desporto convencional. Consequentemente, é inevitável tecerem-se considerações sobre as discrepâncias que ocorrem entre o desporto para atletas com deficiência e o restante contexto desportivo. O exemplo máximo deste último aspeto é a falta de apoios, suporte e premiação das comitativas paralímpicas comparativamente às olímpicas (Kell et al., 2008), ou a exposição do desporto para atletas com deficiência através dos meios de comunicação, que é ainda bastante reduzido (Sousa, 2014), e por vezes desadequado, no sentido em que de forma pejorativa foca a deficiência e não o desempenho dos atletas (Thomas & Smith, 2009).

Quanto às dificuldades inerentes às características dos atletas, os técnicos referem dificuldades nos domínios: físico, cognitivo, psicológico e social.

Segundo os técnicos, a maioria dos atletas apresenta lacunas ao nível da coordenação, resistência, força, velocidade e capacidade de reação, tal como é descrito por Fegan (2011) e, que influencia significativamente a performance desportiva. Os técnicos referiram também a associação de outras deficiências, tais como a deficiência motora, ou a propensão de doenças associadas aos estilos de vida sedentários que estes atletas apresentam (Gobbi et al., 2014; Mikulovic et al., 2014).

Não obstante, os treinadores atribuem maior ênfase aos défices intelectuais apresentados por uma maioria dos atletas, nomeadamente, nas limitações na capacidade de atenção, compreensão, concentração e capacidade de pensamento abstrato que se refletem na dificuldade de transmissão de conhecimento pelos técnicos e na aquisição e retenção da informação por parte dos atletas (Fegan, 2011). Este aspeto é ainda mais evidente nos desportos coletivos, devido à necessidade de apelar à capacidade de tomada de decisão (saber o que fazer) aliada à competência motora (ser fisicamente capaz de o fazer) (Tavares & Casanova, 2015).

Tendo em consideração estas dificuldades, os técnicos afirmaram sentir uma necessidade de decompor as tarefas em habilidades motoras mais simples, com recurso a linguagem simples e clara, fazendo-se auxiliar pelos materiais e, sempre que possível, acompanhar a instrução por uma demonstração. A capacidade de correção do treinador é igualmente importante, uma vez que, é fundamental proporcionar aos atletas *feedbacks* diretos, específicos e focados.

Estas estratégias são igualmente aludidas por Hills e Utley (2010) e Hassan e Lynch (2014), que afirmam que, com uma correta adaptação das técnicas de ensino e de treino do treinador, todas as pessoas, independentemente das suas limitações, podem participar na modalidade escolhida.

No caso das competências psicossociais, os técnicos destacam a dificuldade no cumprimento de regras, baixa autoestima, frustração, falta de confiança e stress (Sherrill, 2004) que a falta de sucesso possa gerar, tal como as dificuldades dos atletas em fornecer respostas socialmente adequadas e na gestão emocional em situações de conflito. Este aspeto é corroborado por Fegan (2011), que afirma que os atletas com DI podem apresentar uma incapacidade de fornecer respostas adequadas a situações sociais e emocionais mais complexas.

No entanto, os técnicos consideram que o contexto desportivo pode igualmente ser um meio privilegiado para colmatar estas lacunas, através de experiências que auxiliem os atletas a determinar os comportamentos e respostas emocionais que são socialmente aceites (Hassan & Lynch, 2014).

Os técnicos identificam o reforço positivo, a adequação dos objetivos, expectativas e exigência, e a divisão por grupos de trabalho como pertinentes para a motivação

dos atletas. Estes aspetos vão ao encontro do que é sugerido por Bastos e Martin (2015), que afirmam que os atletas com DI parecem ser motivados por uma ampla gama de recompensas, incluindo o respeito e reconhecimento (Wilson & Khoo, 2013), bem como o reforço e encorajamento através do feedback quando transmitido de uma forma positiva (Rosado & Mesquita, 2009). De modo a atenuar as discrepâncias entre atletas com níveis de desempenho distintos, e com o intuito de obter o máximo rendimento de cada atleta, quando possuem condições, os técnicos trabalham por níveis, com métodos e objetivos adequados a cada grupo e, consequentemente, criando desafios alcançáveis.

Simultaneamente, e tal como é descrito por Harada e Siperstein (2009), os técnicos enfrentam a incompatibilidade da prática desportiva dos atletas com outras atividades, como atividades académicas ou laborais, o que conduz frequentemente ao abandono da prática desportiva. Estas alterações provocam alguma instabilidade na equipa e, consequentemente, no trabalho desenvolvido pelo técnico.

Não obstante, é importante ressaltar que apesar dos obstáculos e implicações da prática aqui extensamente apresentados, houve também diversos aspetos positivos destacados pelos técnicos.

Os técnicos enalteceram a gratificação e realização pessoal alcançada através do trabalho com a população em questão, pois consideraram que o contexto em que estão inseridos lhes proporciona situações de crescimento pessoal e profissional.

Tal como McConkey et al. (2013), os técnicos entrevistados atribuem uma enorme importância ao desenvolvimento social, físico, psicológico e das competências desportivas dos atletas. Consequentemente, atribuem uma elevada importância às experiências e pequenas conquistas pessoais e desportivas, relegando para segundo plano a vitória e as grandes conquistas, pois tal como Nunn (2008, p. 108) afirma “Successful training will not always mean winning, but should always mean growth!”

Não obstante, o sucesso, a vitória e a ascensão são conceitos sobrevalorizados na sociedade quotidiana, nomeadamente no contexto desportivo (Sousa, 2014). Por este motivo, estes aspetos não são completamente banidos pelos técnicos.

Os técnicos valorizaram também o desenvolvimento da própria modalidade e os benefícios da prática desportiva para os atletas, como o bem-estar físico e psicológico, o desenvolvimento das capacidades individuais e desportivas, o reconhecimento e inclusão (Dowling, 2014).

A motivação dos atletas para a prática desportiva, anteriormente descrita como uma dificuldade, fora também englobada nos aspetos positivos. Além do gosto pela modalidade, a obtenção do sucesso pessoal e da equipa e o reconhecimento, são retratados como fatores motivacionais para os atletas, à semelhança dos restantes atletas (Bastos & Martin, 2015), sendo uma das razões fundamentais da competição (Garci & Mandich, 2005).

No caso dos atletas que ingressam a equipa da Seleção Nacional, considerado o auge da carreira, do sucesso e de reconhecimento, os atletas encontram-se, segundo os técnicos, altamente motivados.

Classificação Desportiva

Apesar do processo de Elegibilidade ser necessário, nem todos os técnicos possuem conhecimento acerca do mesmo. A maioria referiu saber do que se tratava, ainda que não possuísse conhecimento aprofundado sobre o mesmo, e a confusão com o processo de classificação foi frequente. Não obstante, uma minoria dos entrevistados possui um conhecimento mais aprofundado e detalhado sobre os critérios deste processo.

Sendo o Andebol para atletas com DI uma modalidade recente e ainda em fase de desenvolvimento, não é realizado o processo de classificação desportiva, sendo apenas necessário o primeiro nível de classificação destes atletas, que assenta na elegibilidade provisória (INAS, 2014b).

A nível nacional existem três níveis de competição no desporto para os atletas com DI, designadamente: a competição regular, a competição adaptada e a atividade física adaptada (ANDDI Portugal, 2015). A maioria dos técnicos entrevistados revelou um conhecimento rudimentar, mas afirmou que na modalidade de Andebol esta divisão por níveis não se verifica, pelo menos, de forma semelhantes a outras modalidades.

É de salientar que, as entrevistas foram realizadas no início da época desportiva 2014/2015, e que até àquele momento não tinham sido realizados competições de Andebol cumprindo esta divisão por níveis de acordo com o regulamento da ANDDI Portugal (2015), e que o mesmo se sucede a nível internacional, tanto com o Andebol, como nas restantes modalidades, inclusive nas modalidades paralímpicas (Atletismo, Natação e Ténis de Mesa). Em relação ao Andebol, este aspeto pode ser interpretado pela natureza recente da modalidade e, consequentemente, pelo número reduzido de equipas inscritas, bem como pela dificuldade em avaliar e classificar os atletas com DI.

Esta complexidade é relatada por Guidetti et al. (2009), ao mencionarem a dificuldade da classificação de pessoas com DI devido à inconstância da pessoa com DI inerente à idade, ao grupo cultural a que pertence e às mudanças drásticas que possam ocorrer na sua vida.

Concomitantemente, entre a falta de conhecimento e a afirmação dos técnicos sobre a inexistência de critérios claramente definidos sobre a participação dos atletas em cada nível, levando a que sejam os técnicos a fazer esta seleção, as opiniões dos técnicos relativamente ao processo de elegibilidade e aos três níveis de competição foram diversas, havendo concordância de uma parte e referindo preocupações acerca da equidade e competitividade de outra.

Os técnicos focaram o desnível verificado entre equipas no contexto competitivo, considerando que a constituição das equipas é nitidamente diversificada

devido ao contexto em que estão inseridos os seus atletas. Contextos de prática e grupos de trabalho distintos produzem, obviamente, resultados e níveis de desempenho diferenciados. Os relatos dos técnicos foram diversificados e, por vezes antagónicos, relativamente a esta temática. Contudo, considera-se que esta situação é passível de ser trabalhada em prol da melhoria da competitividade e, consequentemente, da modalidade. Neste sentido, julga-se que, no caso das equipas mais fortes, dar mais tempo de jogo a atletas com maiores dificuldades, aumentando a sua vivência da modalidade, funcionaria como fator motivacional e traria maior equilíbrio às competições. Estes jogos possibilitam igualmente o recrutamento de novos atletas, permitindo um aumento do número de praticantes. Estas situações antagonistas diminuem os níveis de competitividade da modalidade e defrontam as expectativas dos treinadores.

Com efeito, Fegan (2011) defende que as atividades nas quais estão envolvidos os atletas com DI devem proporcionar diversão e ser simultaneamente desafiadoras. A autora reforça que as atividades que excedem a compreensão ou as habilidades motoras dos atletas não correspondem a estes critérios. De acordo com Tavares e Casanova (2015), nos jogos desportivos coletivos, não basta saber fazer, é necessária uma leitura do jogo para, como base nesta, tomar decisões. A capacidade de interpretação de situações no contexto em que se insere o atleta, permite-lhe ajustar mais fácil e rapidamente a sua resposta à ação do colega ou do adversário, nomeadamente antecipar-se a este último, procurando ganhar vantagem. Deste modo, atletas com diferentes níveis de limitações no funcionamento intelectual vão apresentar diferentes desempenhos nas questões de leitura e interpretação do jogo de Andebol. Os desequilíbrios narrados pelos técnicos, são portanto, prejudiciais tanto às equipas consideradas de nível inferior como superior, uma vez que a umas colocam um desafio demasiado elevado e a outras não oferecem estímulo, podendo originar sentimentos negativos relativamente à prática desportiva.

Colocar duas equipas frente a frente, cujas capacidades neste âmbito são completamente distintas, é fator eliminatório da competitividade, o que de acordo com Sousa (2014), poderá ser decisivo no sucesso ou insucesso dos atletas, entre outras consequências mais graves, originando desmotivação, desinteresse e, consequente, abandono desportivo (Harada e Siperstein, 2009). Simultaneamente, os técnicos, de um modo geral, atribuem à competição e à competitividade um papel fundamental no desenvolvimento das modalidades.

Com o intuito de proporcionar uma competição justa e equilibrada, como é defendida pelo código de classificação do IPC (2007), alguns técnicos defendem que seria necessário ter em consideração os níveis de competência, as habilidades, o nível de jogo e a competitividade de cada equipa. Inevitavelmente, associada a esta temática surgem as questões sobre os

níveis competitivos em que se inserem ou devem inserir os atletas.

As opiniões dos técnicos foram diversificadas, uns defenderam um cumprimento mais rígido dos níveis de competição, mais semelhante aos escalões etários do desporto convencional, dando exemplo das competições de Atletismo da ANDDI Portugal (2015). Nesta perspetiva, os atletas tecnicamente aptos a participar na competição regular, não poderiam participar nas competições adaptadas, mas o inverso seria permitido. Para que tal fosse possível, os técnicos pretendem que o desporto para os atletas com DI se assemelhasse ao restante desporto para atletas com deficiência, que se encontra organizado por sistemas de classificação ou rankings, de modo a tornar a competição o mais justa possível (Thomas & Smith, 2009). No entanto, esta visão enfrenta problemas como o reduzido número de praticantes, que podem dificultar a constituição de equipas com atletas com níveis semelhantes. De acordo com Brittain (2010), esta quantidade relativamente baixa de pessoas com deficiência que participa no desporto, principalmente na vertente de competição, tem um impacto no envolvimento e desenvolvimento das modalidades. Simultaneamente, quanto menor o número de participantes, menor será a possibilidade de os atletas competirem num nível apropriado às suas competências. Comparativamente, quanto maior o desenvolvimento da modalidade, maior a sua oferta e possibilidades de organização.

Para fomentar o aumento do número de participantes, os técnicos consideram importante e sugeriram que os clubes filiados ao Andebol alarguem os seus horizontes e abracem o desporto para atletas com deficiência, como forma de inclusão destes atletas e promoção da modalidade em particular, bem como vincular o desporto para atletas com deficiência à federação de cada modalidade, neste caso concreto à FAP, tornando-se a principal dinamizadora e entidade responsável pelo Andebol para todas as populações.

Todavia, outros técnicos consideraram importante o incentivo para os atletas com DI serem integrados em equipas do contexto convencional. Estes técnicos procuram assim um ideal de inclusão, quer de um atleta com DI numa equipa convencional, quer da própria equipa de atletas com DI no contexto do desporto regular (convencional).

Esta perspetiva vai ao encontro das conceções de vários autores, nomeadamente, Fegan (2011) que defende a inclusão de jovens com DI através das aulas de Educação Física ou refere os *Unified Sports* dos *Special Olympics*, que permitem que atletas sem deficiência joguem com os atletas com DI na mesma equipa. McConkey et al. (2013) referem que, mais do que a inclusão no contexto desportivo, através deste tipo de prática desportiva, os atletas experienciam inclusão noutros contextos sociais.

Finalmente, os técnicos assumem que a sensibilidade dos agentes desportivos envolvidos será fundamental para a aplicação do conceito de equidade e,

consequentemente, para o bom desenvolvimento da modalidade.

Apesar de a classificação servir o propósito de criar justiça e equidade na competição para atletas com deficiência, é um assunto extramente complexo e de difícil resolução na busca da satisfação das necessidades e ambições de todos os intervenientes (Brittain, 2010), que deve ser alvo de investigação e revisão (Buckley, 2008).

Conclusões

Considerando as dificuldades cognitivas, propensão para o sedentarismo, elevado risco de comorbilidade e dificuldades na interação social das pessoas com DI, os técnicos consideraram fundamental a prática desportiva. Simultaneamente, o Andebol sujeita os atletas à constante adaptação, adequando e readequando as suas ações à imprevisibilidade do jogo.

À semelhança do que se verifica noutros estudos, a falta de apoios económicos e financeiros, condições materiais e competições adequadas são algumas das barreiras que os técnicos enfrentam, bem como a falta de especialização dos atletas e as lacunas na carga horária dos treinos, enfatizando as discrepâncias que se verificam entre os níveis competitivos das equipas. Considera-se que o aumento do número de atletas e de equipas, bem como a criação de uma classificação desportiva, com base numa avaliação psicométrica e no desempenho desportivo, pudesse ajudar a alcançar maior equidade e competitividade. Sugere-se assim a adaptação de uma bateria de testes desenhada para avaliar atletas de Basquetebol com DI à modalidade de Andebol, sendo colocada em prática, de modo a verificar a sua viabilidade. Paralelamente sugere-se que seja realizado um estudo foco, partindo da reunião com todos os técnicos, com o intuito de debater questões de organização e perspectivas sobre o processo de classificação destes atletas. Contudo, este assunto é confuso e controverso, pelo que seria fundamental que outros investigadores se dedicassem a estas questões, não só no Andebol tal como noutras modalidades.

Agradecimentos

A realização deste estudo foi possível graças à colaboração indispensável dos técnicos de Andebol para atletas com deficiência intelectual. O mais sincero agradecimento a todos os treinadores, instituições, clubes, associações e federações, que aceitaram participar neste estudo e ajudaram com a transmissão das suas experiências e conhecimentos, permitindo o alargamento dos horizontes na modalidade.

Referências

American Association on Mental Retardation. (2002). *Mental retardation definition, classification and systems of supports* (10th ed.). Washington, DC: American Association on Mental Retardation.

American Psychiatric Association. (2013). *Diagnostic and statistical manual of mental disorders DSM-5* (5th ed.). London: American Psychiatric Publishing.

Associação Nacional de Desporto para Deficiência Intelectual Portugal. (2014). Comunicado oficial nº1/2014-2015. Consult. 25 de junho de 2015, disponível em https://www.dropbox.com/s/psfa4s17dzj0aoo/CO%20N%C2%BA1_publicado_24.07.2014.pdf

Associação Nacional de Desporto para Deficiência Intelectual Portugal. (2015). Regulamento Geral de Competição. Regulamentos ANDDI Consult. 25 de junho de 2015, disponível em <https://www.dropbox.com/s/5dgw0lyiz3ecicb/001%20-REGULAMENTO%20Competi%C3%A7%C3%A3o%202014-2015%20vers%C3%A3o%2025-02-2015.pdf?dl=0>

Baldari, C., Franciosi, E., Gallotta, M. C., Emerenziani, G. P., Reis, V. M., & Guidetti, L. (2009). Using basketball test battery to monitor players with mental retardation across 2 sports seasons. *Journal of Strength and Conditioning Research*, 23(8), 2345–2350. <http://dx.doi.org/10.1519/JSC.0b013e3181bb7313>

Bardin, L. (1994). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.

Bastos, T., & Martin, J. (2015). The psychosocial dynamics of sport participation for athletes with intellectual impairments In E. S. Linton (Ed.), *Advances in sports research*. (pp.1-14). Nova science publishers.

Bota, A., & Teodorescu, S. (2014). Teaching and coaching young people with intellectual disability. In D. Hassan, S. Dowling & R. McConkey (Eds.), *Sport, coaching and intellectual disability* (pp. 89-105). London: Routledge.

Brittain, I. (2010). *The paralympic games explained*. London: Routledge. <https://doi.org/10.4324/978-0-203-88556-7.ch001>

Castro, T. G. d., Abs, D., & Sarriera, J. C. (2011). Análise de conteúdo em pesquisas de psicologia. *Psicologia: ciência e profissão*, 31(4), 814-825. <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-98932011000400011>

- Dowling, S. (2014). Sport and intellectual disability benefits, barriers and bridges. In D. Hassan, S. Dowling & R. McConkey (Eds.), *Sport, coaching and intellectual disability* (pp. 34-51). London: Routledge.
- Estriga, L. (2012). A iniciação desportiva e a escola de desporto da AFC. In J. L. D. Rego & J. A. R. d. Santos (Eds.), *Ciclo de conferências do centenário do Académico F. C.* (pp. 119-123). Porto: Académico F. C.
- Fegan, P. L. (2011). Intellectual Disabilities. In J. P. Winnick (Ed.), *Adapted physical education and sport* (5th ed., pp. 151-172). Champaign: Human Kinetics.
- Garci, T. C. H., & Mandich, A. (2005). Going for gold Understanding occupational engagement in elite-level wheelchair basketball athletes. *Journal of Occupational Science*, 12(3), 170-175. <http://dx.doi.org/10.1080/14427591.2005.9686560>
- Gobbi, E., Ferri, I., & Carraro, A. (2014). Physical activity and people with intellectual disability (mental retardation). In M. Probst & A. Carraro (Eds.), *Physical activity and mental health a practice-oriented approach* (pp. 151-156). Milan: edi-ermes.
- Guidetti, L., Franciosi, E., Emerenziani, G. P., Gallotta, M. C., & Baldari, C. (2009). Assessing basketball ability in players with mental retardation. *British Journal of Sports Medicine*, 43, 208-212. <http://dx.doi.org/10.1136/bjism.2006.034918>
- Harada, C. M., & Siperstein, G. N. (2009). The sport experience of athletes with intellectual disabilities a national survey of Special Olympics athletes and their families. *Adapted Physical Activity Quarterly*, 26, 68-85. <https://doi.org/10.1123/apaq.26.1.68>
- Hassan, D., Dowling, S., & McConkey, R. (2014). Understanding sport and intellectual disability: an introduction. In D. Hassan, S. Dowling & R. McConkey (Eds.), *Sport, coaching and intellectual disability* (pp. 1-10). London: Routledge.
- Hassan, D., & Lynch, R. (2014). Reflections on coaching athletes with disabilities. In D. Hassan, S. Dowling & R. McConkey (Eds.), *Sport, coaching and intellectual disability* (pp. 69-84). London: Routledge.
- Hills, L., & Utley, A. (2010). Reflections on providing sport science support for athletes with learning difficulties. *Disability and Rehabilitation*, 32(18), 1488-1994. <http://doi.org/10.3109/09638288.2010.496940>
- Howe, P. D., & Jones, C. (2006). Classification of disabled athletes: (dis)empowering the paralympic practice community. *Sociology of Sport Journal*, 23, 29-46. <https://doi.org/10.1123/ssj.23.1.29>
- International Paralympic Committee. (2007). IPC Classification code and international standards. Consult 19 de junho de 2015, disponível em http://www.paralympic.org/sites/default/files/document/120201084329386_2008_2_Classification_Code6.pdf.
- International Paralympic Committee Athletics. (2014). Athletics classification rules and regulations. Athletics classification rules and regulations Consult. 29 de junho de 2015, disponível em http://www.paralympic.org/sites/default/files/document/140203155650367_2014_01_21_ipc+athletics+classification+rules+and+regulations_final+2014.pdf
- International Paralympic Committee Swimming. (2011). Classification rules and regulations. Consult. 29 de junho de 2015, disponível em http://www.paralympic.org/sites/default/files/document/120706163426076_2011_05_30__swimming_classification_regulations.pdf
- International Sports Federation for Persons with Intellectual Disability. (2010a). Applying for primary eligibility. Consult. 17 de abril de 2015, disponível em <http://www.inas.org/member-services/eligibility-and-classification/primary-eligibility/>
- International Sports Federation for Persons with Intellectual Disability. (2010b). A guide to eligibility and classification for athletes with an intellectual disability Consult. 27 de janeiro de 2015, disponível em <http://www.inas.org/wp-content/uploads/2010/11/Guide-to-Eligibility-and-Classification.pdf>
- International Sports Federation for Persons with Intellectual Disability. (2013). Section 4: Policies - 4.1 Inas eligibility & classification: rules, policy and procedure. Consult. 18 de junho de 2015, disponível em <http://www.inas.org/wp-content/uploads/2010/11/4.1-Eligibility-Classification-Policy3.pdf>
- International Sports Federation for Persons with Intellectual Disability. (2014a). 1st Inas European Handball Championships (new dates). Consult. 22 de abril de 2015, disponível em <http://www.inas.org/events/1st-inas-european-handball-championships/>
- International Sports Federation for Persons with Intellectual Disability. (2014b). Athlete registration and primary eligibility application guidance notes. Athlete classification procedure Consult. 25 de junho de 2015, disponível em http://uksportsassociation.org/athlete_classification/Reg_form_guidance_notessv5_Mar2014.pdf
- International Table Tennis Federation Para Table Tennis. (2015). Table Tennis classification for players with intellectual disabilities. ITTF Para Table Tennis Classification Consult. 16 e 25 de junho de 2015, disponível em http://www.ipttc.org/classification/PTT-ID%20Classification_procedure_2015.pdf
- Kell, P., Kell, M., & Price, N. (2008). Two games one movement? The Paralympic versus the Olympic movement. In K. Gilbert & O. J. Schantz (Eds.), *The Paralympic games empowerment or side show?* (pp. 155-166). Auckland: Meyer & Meyer Verlag.

- McConkey, R., Dowling, S., Hassan, D., & Menke, S. (2013). Promoting social inclusion through Unified Sports for youth with intellectual disabilities a five-nation study. *Journal of Intellectual Disability Research*, 57(10), 923-935. <http://doi.org/10.1111/j.1365-2788.2012.01587>
- Mikulovic, J., Vanhelst, J., Salleron, J., Marcellini, A., Compte, R., Fardy, P. S., & Bui-Xuan, G. (2014). Overweight in intellectually-disabled population: Physical, behavioral and psychological characteristics. *Research in Developmental Disabilities*, 35, 153-161. <https://doi.org/10.1016/j.ridd.2013.10.012>
- Nunn, C. (2008). Coaching at the Paralympic level if only the administrators understood. In K. Gilbert & O. J. Schantz (Eds.), *The Paralympic games empowerment or side show?* (pp. 102-114). Auckland: Meyer & Meyer Verlag.
- Palmblad, E. (2000). Diagnostics and ideology. *Scandinavian Journal of Disability Research*, 2(1), 58-82. <https://doi.org/10.1080/15017410009510752>
- Pastula, R. M., Stopka, C. B., Delisle, A. T., & Hass, C. J. (2012). Effect of moderate-intensity exercise training on the cognitive function of young adults with intellectual disabilities. *Journal of Strength and Conditioning Research*, 26(12), 3441-3448. <http://doi.org/10.1519/JSC.0b013e318270fc83>
- Patton, M. Q. (2002). *Qualitative research & evaluation methods* (3th ed ed.). Thousand Oaks: Sage.
- Queirós, P., & Graça, A. (2013). A análise de conteúdo (enquanto técnica de tratamento da informação) no âmbito da investigação qualitativa. In I. Mesquita & A. Graça (Eds.), *Investigação qualitativa em desporto* (Vol. 2, pp. 113-149). Porto: Centro de Investigação Formação Inovação e Intervenção em Desporto. Faculdade de Desporto. Universidade do Porto.
- Rosado, A., & Mesquita, I. (2009). Melhorar a aprendizagem otimizando a instrução. In A. Rosado & I. Mesquita (Eds.), *Pedagogia do Desporto* (pp. 69-130). Lisboa: Faculdade de Motricidade Humana.
- Sherrill, C. (2004). *Adapted physical activity, recreation, and sport crossdisciplinary and lifespan* (6th ed.). Boston: McGraw-Hill.
- Silverman, D. (2010). *Doing qualitative research a practical handbook* (3rd ed.). Los Angeles: SAGE.
- Sousa, A. (2014). *A experiência vivida de atletas paralímpicos: narrativas do desporto paralímpico português*. Porto: Ana Sousa. Dissertação de Douturamento apresentada a Faculdade de Desporto da Universidade do Porto.
- Tavares, F., & Casanova, F. (2015). A atividade decisional do jogador nos jogos desportivos coletivos. In F. Tavares (Ed.), *Jogos desportivos coletivos ensinar a jogar* (2ª ed., pp. 55-72). Porto: Editora FADEUP.
- Thomas, N., & Smith, A. (2009). *Disability, sport and society an introduction*. London: Routledge.
- Vanlandewijck, Y. C., Evaggelinou, C., Daly, D. D., Houtte, S. V., Verellen, J., Aspeslagh, V., Hendrickx, R., Piessens, T., & Zwakhoven, B. (2003). Proportionality in wheelchair basketball classification. *Adapted Physical Activity Quarterly*, 20, 369-380. <https://doi.org/10.1123/apaq.20.4.369>
- Williamson, D. C. (2004). Sports classification persons with intellectual disabilities - a general proposal to demonstrate impact functionality [Versão eletrónica]. Consult. 22 de setembro de 2014, disponível em <http://www.thefreelibrary.com/Sports+classification+persons+with+intellectual+disabilities--a...-a0140445116>.
- Wilson, N. C., & Khoo, S. (2013). Benefits and barriers to sports participation for athletes with disabilities: the case of Malaysia. *Disability & Society*, 28(8), 1132-1145. <https://doi.org/10.1080/09687599.2012.758034>
- World Health Organization. (2014). Definition: intellectual disability. Consult. 25 de setembro de 2014, disponível em <http://www.euro.who.int/en/health-topics/noncommunicable-diseases/mental-health/news/news/2010/15/childrens-right-to-family-life/definition-intellectual-disability>.